

ATA DE REUNIÃO DA ASSEMBLÉIA GERAL EXTRAORDINÁRIA DO DIA 17 DE ABRIL DE 2012

Aos dezessete dias do mês de abril do ano de dois mil e doze, as Associadas da UNIDAS - União Nacional das Associações de Participantes das Entidades Fechadas de Previdência Privada, a seguir relacionadas, conforme cópia da relação em anexo: reuniram-se em Assembleia Geral Extraordinária, realizada na Sala Multi-uso, no Entrepiso do Edifício Rodolfo de Paoli, sito na Av. Nilo Peçanha, nº 50, Município do Rio de Janeiro/RJ para tratar da seguinte Ordem do Dia: Alteração da Composição da Diretoria Executiva. Os trabalhos foram iniciados às quatorze horas e trinta minutos, em segunda convocação, com a presença dos seguintes representantes das Associadas: Reinaldo Loureiro Rocha e José Roberto Junior - ABRAPREV, Geraldo José S. Borges - APA/BNDES, Sonia Celli - ASPAS, José Carlos de Oliveira e José Zamai - AFACEESP, Beni Faerman - APEL, Oldegard Sapucaia - APÓS-FURNAS, João Mendes de Souza e Shirley Moraes de Souza Santos - APOSCEG, e José Carlos Neves - APOSVALE. Cumprindo disposições estatutárias, os presentes elegeram Reinaldo Loureiro Rocha, para presidir a sessão e a mim Sonia Celli para secretariá-la. Dando início a Ordem do Dia, o Presidente apresentou o Advogado José Roberto Junior, indicado pela ABRAPREV para ocupar o cargo até então vago, de Diretor Jurídico na composição da Diretoria Executiva da Unidas. A seguir o candidato expôs suas posições e ideias quanto à legislação e normas da previdência fechada, esclarecendo que a ABRAPREV foi criada para fiscalizar os fundos e proteger os participantes, atuando nos assuntos que envolvam as patrocinadoras, o custeio, os participantes e o benefício. Após o candidato ser inquirido e debater com os presentes, a discussão foi encerrada e o Presidente colocou em votação a indicação de José Roberto Junior para o cargo de Diretor Jurídico da UNIDAS, tendo o candidato sido eleito por unanimidade e imediatamente empossado no cargo. Não tendo sido confirmada a vacância em cargos do Conselho Fiscal, o Presidente encerrou a sessão e eu, Sonia Celli, lavrei a presente Ata que vai assinada por mim e pelo Presidente, após a leitura e aprovação dos presentes.

Reinaldo Loureiro Rocha
Presidente

Sonia Celli
Secretária

ATA DA REUNIÃO ORDINÁRIA DA DIRETORIA EXECUTIVA DA UNIDAS, REALIZADA EM 11/09/2012

Aos onze dias do mês de setembro do ano de dois mil e doze, reuniu-se em caráter ordinário a Diretoria Executiva da UNIDAS, em sua sede na Avenida Nilo Peçanha, nº 50, sala 2806, no município do Rio de Janeiro/RJ, para tratar da seguinte **Ordem do Dia: 1. Lançamento de Medidas Jurídicas de Proteção ao Participante e Assistido, conforme Plano de Defesa Jurídica (anexo 1); 2. Alteração Estatutária da UNIDAS (anexo 2) e 3. Funcionamento da UNIDAS.** Às dez horas, com a presença dos Diretores conforme lista de presença e a ausência justificada do Diretor de Comunicações, Antonio Saraiva da Rocha que está em campanha eleitoral, o Sr. Presidente, Reinaldo Loureiro Rocha abriu a Sessão. Pedindo a palavra, o Diretor Administrativo Sr. Agildo da Silva Meirelles manifestou sua preocupação com a necessidade de prover recursos adicionais que atendam a futuros deslocamentos do Presidente da UNIDAS para manter contatos com autoridades em Brasília ou para participar de eventos como os da ABRAPP em São Paulo, ainda neste mês. Para tanto, reiterou a conveniência de manter os recursos disponíveis da UNIDAS em conta vinculada à poupança a qual, hoje, apresenta um rendimento melhor que outras aplicações, pois não tem taxa de administração nem paga imposto de renda. Finalizando, destacou exemplos de pessoas jurídicas que mantêm contas de poupança como Condomínios e Associações, oferecendo-se para providenciar junto ao Gerente da Conta UNIDAS a implantação da medida. Dando início à Ordem do Dia, no item **1. Lançamento de Medidas Jurídicas de Proteção ao Participante e Assistido (Plano de Defesa Jurídica)** o Sr. Presidente salientou que esta reunião de Diretoria deve dar continuidade ao trabalho da UNIDAS, a partir dos resultados obtidos no II Fórum de Participantes dos Planos de Previdência Privada, realizado no final do mês de julho passado. Como exemplo, lembrou que o plenário do referido Fórum solicitou que sejam tomadas medidas concretas para evitar que as reservas existentes retornem, mesmo em parte, aos Patrocinadores, pois as aplicações com ganhos no mercado não tem resultado em benefícios adicionais para os Participantes e Assistidos. Há até quem diga que é um dinheiro de ninguém, nessa hora, aparece quem se intitula o dono, sempre o patrocinador o que resultou na Resolução 26/2008, que abriu um canal para o Patrocinador obter esses recursos. O Fórum também destacou que os direitos atualmente são desiguais, principalmente com relação à portabilidade. A retirada do patrocínio é difícil de ser contestada, pois consta de Lei Complementar, mas é possível lutar antes de sua aplicação, na fase de regulamentação no Legislativo ou no Judiciário, para evitar que o dinheiro seja repassado para o patrocinador, ou lutar, ainda, administrativamente junto à PREVIC, contestando, apresentando alternativas desde já, como a eliminação da TAF, entre outras. Outro ponto abordado pelo Fórum é que alguns itens da Resolução nos protegem, mas o governo está cada vez mais intervindo na gestão de dinheiro particular. Por esse motivo, o Fórum referendou a meta da UNIDAS de tomar medidas jurídicas quanto ao recurso dos planos, pela ótica dos participantes e assistidos. A proposta de medidas é urgente. O Plano de Defesa Jurídica (anexo 1) contem onze propostas de interação no campo jurídico mais as propostas surgidas no Fórum e mais algumas encaminhadas pelo Dr. Marco Aurélio Marrafon, que trabalha em Brasília e é professor da UERJ. Colocada em votação, a Diretoria aprovou o texto do Plano de Defesa Jurídica a ser enviado às Associações, solicitando o envio de sugestões até o dia primeiro de outubro próximo. A consolidação do Plano com as sugestões será examinada pelos Diretores Jurídicos das Associações, convidados a participar de Seminário de Defesa Jurídica no dia 16 de outubro próximo, quando o texto consolidado do Plano deverá ser estudado e votado sob dois aspectos: medidas institucionais, a serem discutidas nos tribunais superiores, como principalmente a questão do dinheiro e medidas concretas como a representatividade dentro dos conselhos das entidades gestoras e a recuperação da Assembléia Geral como órgão de deliberação superior. Passando

ao item 2 da Ordem do Dia, **reforma do estatuto da UNIDAS**, o Sr. Presidente informou que para alcançar uma competência institucional que garanta representatividade de Confederação no novo posicionamento da UNIDAS, é necessário examinar e aprovar proposta de alteração estatutária, feita em 2008, agora atualizada (anexo 2) A Diretoria aprovou o envio do texto às Associações, recomendando que as sugestões sejam enviadas até o dia primeiro de outubro próximo e após consolidação sejam submetidas à Assembléia Geral no dia 30 de outubro próximo. Passando ao terceiro item da Ordem do Dia **Funcionamento da Unidas**, a Diretoria aprovou um sistema de plantões na sede para atendimento às Associadas, na seguinte forma: 2ª feira a tarde – Sonia Celli, Diretora Secretária, 3ª feira pela manhã – Agildo da Silva Meireles, Diretor Administrativo, 4ª feira a tarde – Geraldo José dos Santos Borges, Diretor Vice Presidente, 5ª feira a tarde – Reinaldo Loureiro Rocha, Diretor- Presidente. Nada mais havendo a tratar, o Sr. Presidente encerrou a reunião e eu, Sonia Celli, lavrei a presente ata que, após aprovada pelos presentes, vai assinada por mim e pelo Sr. Presidente. Rio de Janeiro, 11 de Setembro de 2012.

Reinaldo Loureiro Rocha
Diretor Presidente

Sonia Celli
Diretora Secretária

ATA DA REUNIÃO DO CONSELHO FISCAL DA UNIDAS Nº 38

REALIZADA EM 02/10/2012, EXAMINANDO AS CONTAS RELATIVAS AO PERÍODO DE 01/01/2012 A 31/07/2012, O CONSELHO FISCAL NÃO ENCONTROU NENHUMA DIVERGÊNCIA RELEVANTE NOS NÚMEROS APRESENTADOS.

CONTUDO, RECOMENDA PARA UMA MELHOR VISUALIZAÇÃO E ANÁLISE ADEQUAR OS DEMONSTRATIVOS CONTÁBEIS/FINANCEIRO COM OS ITENS DO ORÇAMENTO.

EX.: a) OUTRAS DESPESAS ADMINISTRATIVAS (ORÇAMENTO) REFERE-SE A DIVERSAS CONTAS NO CONTÁBIL

b) PESSOAL SEM VÍNCULO E ENCARGOS (ORÇAMENTO) REFERE-SE A DIVERSAS CONTAS NO CONTÁBIL.

NADA MAIS HAVENDO A TRATAR, FOI ENCERRADA A REUNIÃO ÀS 15:30 H. COM A PRESENÇA DOS CONSELHEIROS FISCAIS E DO DIRETOR FINANCEIRO, ABAIXO ASSINADOS.

RIO DE JANEIRO, 02 DE OUTUBRO DE 2012

JOSÉ CARLOS DE OLIVEIRA

MARIO PASQUALE BELLAFRONTE